

## AINDA HÁ CAMINHOS POR ONDE ANDEI

Eguimar Felício Chaveiro<sup>1</sup>

### Resumo:

Por meio de reflexões ancoradas na minha experiência profissional como trabalhador da Universidade pública, objetiva-se demonstrar os desafios da formação intelectual, a sua riqueza e a valor de estabelecer sentidos à própria trajetória como instrumento de constituição da memória. Pressupõe-se que os contornos complexos da trajetória pessoal têm vínculos com dimensões espaço/temporais além das trajetórias. Todavia, na tensão entre a experiência e os vínculos suscita-se a singularidade, essa que baliza a interpretação do mundo e do próprio indivíduo que fala. Dessa feita, dizer a si e aos objetos, eventos ou situações do mundo, recai numa condição: aquele que fala é sempre um narrador, um intérprete. Em síntese: a memória não é exclusividade da confissão, mas a seiva aberta da criação. E da descoberta.

**Palavras-chave:** Experiência profissional; desafios da formação; trajetória socioespacial.

---

<sup>1</sup> Docente na Universidade Federal de Goiás (UFG) no curso de graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia vinculado ao Instituto de Estudos Socioambientais. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

## **STILL THERE ARE WAYS WHERE I WALKED**

Eguimar Felício Chaveiro

### **Abstract:**

Through reflections anchored in my professional experience as an employee of the public University, the objective is to demonstrate the challenges of intellectual formation, their wealth and the value of establishing meaning to own trajectory as memory formation instrument. We assumed that the complex contours of the personal trajectory have links with dimensional space/time beyond their trajectories. However, the tension between the experience and the bonds raises up the uniqueness, this mark the interpretation of the world and the individual himself who speaks. In that, tell you and the objects, events or situations in the world, into in a condition: the one who speaking is always a narrator, an interpreter. In summary: memory it is not exclusivity of the confession, but the open sap of creation. And the discovery.

**Keywords:** professional experience; challenges of formation; trajectory sociospatial.

## DONDE CAMINÉ TODAVÍA HAY MANERAS

Eguimar Felício Chaveiro

### Resumen

Através de reflexiones ancladas en mi experiencia profesional como empleado de la universidad pública, el objetivo es demostrar los retos de la formación intelectual, su riqueza y su valor de establecer sentidos de propia trayectoria como herramienta de formación de la memoria. Se supone que los complejos contornos de la trayectoria personal tienen vínculos con espacio/tiempo dimensional más allá de las trayectorias. Sin embargo, la tensión entre la experiencia y los vínculos se levanta la singularidad, esa que limita la interpretación del mundo y del propio individuo que habla. Desta forma, decir a sí y los objetos, eventos o situaciones del mundo, recae en una condición: aquel que habla es siempre un narrador, un intérprete. En síntesis, la memoria no es exclusividad de la confesión, pero la savia abierta de creación. Y del descubrimiento.

**Palabra clave:** experiência profissional; desafios de la formación; trayectoria sócio-espacial.

## 1 Introdução

Lembro de ler em Umberto Eco uma sentença quase ferina: falar de si mesmo é a essência do mau-gosto. E lembro de, num diálogo suscitado numa banca de doutoramento, ouvir de um dos arguidores uma recomendação primaz para avaliar qualquer tipo de narrativa: quando uma pessoa fala de si mesma é um Outro que está falando. Esse Outro de si tem nome: o narrador. Talvez haja um privilégio em narrar a própria memória, talvez não, pois na condição de intérprete de si o narrador pode ser acossado pela experiência mais que pelos móveis da interpretação.

Há um princípio régio notadamente afeito ao campo das ciências humanas e sociais: não há auto-explicação em nenhum fenômeno, objeto ou evento. Conforme aprendemos, até a experiência para existir precisa ser narrada; em sendo, enfronha-se na condição humana em que o dizer, o viver, o sentir e o interpretar fazem núpcias complexas: interesseiras, intempestivas, negociadoras, combatentes, em forma de fugas, castrações, empreendimentos narcísicos, decorrente de medos primitivos, ou de projetos de diferentes cunhos.

Parto, contudo, de um ponto possivelmente seguro: eu existo e, por existir, tenho uma história entrelaçada à história de amigos, parentes, colegas de trabalho, do futebol, da literatura. Esse entrelaçamento tem uma condição forjada além daqueles que me conhecem, me suscitaram sentimentos nos encontros, ajudaram a direcionar a minha caminhada. Essa condição é crivada por um estatuto: trata-se de um contexto espaço/temporal do qual originei, sobre o qual eu narro, dentro do qual edifico a narrativa. A minha memória é, assim, apenas uma representação contextual.

De modo que a minha existência pouco vale no jogo crasso das estatísticas do Estado. De fato, sou, como outros individualmente são, apenas uma fagulha quântica emitindo sinais e experimentando o espaço/tempo e a si próprio em infinitas relações. Contudo, essa condição de fagulha, além das estatísticas do Estado, é componente do planeta inteiro; compõe também a história da minha família, do meu trabalho. Diz respeito à cultura de onde emerjo, das relações sociais fadadas ao jogo geopolítico desse tempo do mundo; à situação de classe, étnica, de gênero e, ao cruzamento disso tudo, em realidades e potências, em objetividade e subjetividade. Eu sou porque o mundo É, este mundo que me nega, pois pouco valho, mas é onde afirmo a existência. Este mundo chama-se história.

Tenho um corpo soldado às relações diversas, de onde falo o nome e digo a origem; disponho-me dele diariamente no contato com um Outro – e indefensavelmente - como ser que sofre representações, as mais diversas. Ajo e transpiro; interrogo as coisas e a mim mesmo; vejo

o tempo transcorrer na pele e alço significação para edificar uma consciência capaz de ultrapassar a minha individualidade ou para afirmá-la. Singularizo-me em contato, em relação, em conflito. Até posso dizer: sou o tempo/espaço nas condições implacáveis – e relativamente incontornáveis – de ser eu mesmo e de ter uma voz. Essa que digo quem sou com o instrumento que não é meu, é de todos: a linguagem. Memória é linguagem.

No trajeto da singularidade só posso me reconhecer com o vaticínio da memória transformada em linguagem. A memória, esta fonte de descoberta da historicidade como face primordial da existência e apanágio para abrir, infinitamente, às possibilidades do que sou. É com essas considerações que se pode dizer: ainda há caminhos por onde andei. São esses caminhos que repercutem no conteúdo do presente texto. Valerei-me de palestras ministradas reportando às minhas trajetórias profissionais; de diálogos com amigos e colegas de universidades brasileiras e estrangeiras; de membros da AGB- Goiânia – Associação dos Geógrafos Brasileiros; do IHGG – Instituto histórico Geográfico de Goiás; do Arte do Afeto e do projeto Psicanálise no Buteko; ATLECA – Academia trindadense de Letras, ciências e arte.

A pretensão é elaborar reflexões que, ao alimentar-se de pontos de minha trajetória, sirvam para que se pense o sentido da formação, os seus desafios, os seus perigos e os contornos complexos de se trabalhar com símbolos. Espera-se, ademais, elaborar interrogações pertinentes à condição de geógrafo que atua no atual período histórico.

## **2 A existência como engajamento**

Abri um evento de inauguração do curso de graduação em Educação do Campo na cidade de Tocantinópolis-TO, em 2013. No preparo da apresentação, sondei anotações, fiz algumas leituras, vasculhei a própria memória para, no exercício de falar ao público inaugural do curso, incluindo professores, educandos, gente da coordenação e da direção da Universidade, líderes do Movimento social, pudesse exercitar a fala por meio de uma ideia-chave correspondente ao tema em questão.

Havia aprendido na movimentação inquietante da praça universitária, em Goiânia, onde fiz a graduação em Geografia, nos 1980, que a *ideia-chave* era uma espécie de guia espiritual de toda a argumentação posterior. Era uma espécie de chave para abrir outras ideias; um tronco filosófico matricial para gerar no interlocutor um poder de abrir as comportas do entendimento e da compreensão. Quase poderia dizer: a *ideia-chave* era a chave da ideia. Isto é, o ponto de

partida, a liga pela qual transcorreriam os fios argumentativos, as malhas de informações. O cerne textual, um componente da lógica.

Inspirado numa ideia sartreana gerei a fala e os argumentos, com estratégia enfática, em torno dessa ideia-chave: a existência ocorre por meio de engajamento. A existência é, na origem – e na consecução, - um engajamento total. Esse engajamento inclui a nossa participação em movimentos sociais, em associações, sindicatos, partidos políticos, entidades gestoras. Mas não se reduz aí. Tem a ver com lastros mais abrangentes: ora, antes de cada sujeito nascer, pais, amigos e parentes sabendo da possibilidade do nascimento, lançam-no numa insígnia definitiva: colocam-lhe o nome, registram esse nome, o fazem tributário de uma cultura e dedicam-lhe tempos, cuidados, atenção. O engajamento ocorre no útero; ocorre no tempo, no espaço, na rede de sociabilidade da infância até a morte. E depois da morte com o dispositivo da memória. O engajamento ocorre com a genética e sua ligação histórica e cultural como, por exemplo, no vetor da raça-etnia; e da classe social; e dos símbolos.

Estiquei a argumentação fazendo uso da interpretação de uma leitura minuciosa que, sob a solicitação do autor do livro, o escritor Miguel George, o “A minha querida Beirute”. O romance do autor goiano, trançado por uma narrativa densa – e sem pejo, faz a personagem central, Monsalim, sintetizar a estrutura febril de qualquer engajamento no atual período histórico. Poder-se-ia dizer metaforizando o conteúdo de Jorge: engajar é, hoje, participar de três guerras.

Quem está vivo e, por acaso, sente a pele arder nos trópicos, está, inelutavelmente, envolvido numa guerra geopolítica. Eis a primeira guerra. As grandes máquinas de guerras, patrocinadas por Estados beligerantes e estratégicos, em parceria com Estados nacionais juntamente com os grandes conglomerados econômicos e com outras instituições hegemônicas, não cessam de lutar por área de influência comercial; por controle de territórios; pela posse de petróleo e outros minerais; por mercado consumidor. Nessa guerra, se encontra o papel da ciência farmacológica; de artefatos bélicos; da engenharia genética e de outros aportes tecnológicos, culturais, ideológicos.

Mas há outra guerra pesquisada pela psicanálise clássica até a fase atual: trata-se da guerra provocada pelas relações. Eis a segunda guerra. Não à toa Deleuze (1988), com força, apregoa que na vida humana só há encontros, bons ou maus encontros. Não à toa também que vários campos das ciências humanas e sociais colocam no centro da geração das identidades, das ações, das relações e dos conflitos humanos, a alteridade.

Em muitos casos o tema da alteridade, ou seja, desse Outro total que nos circunda, que nos desafia, que nos motiva ao afeto, à sensibilidade, ao trabalho, à luta política, ao desejo,

circunscrito no cenário histórico dos intensos fluxos, das redes moduláveis, do sequestro do desejo, da tempestade de mudanças afetivas, torna-se interrogação: quem é este Outro, o filho? Quem é esse Outro, o colega? Quem é esse Outro, o namorado, a namorada, o marido, a esposa? Quem é esse outro, a cultura, a sociedade contemporânea?

Viver é relacionar, isto é, é participar da segunda guerra, esta que não se fecha, que não se esconde, que não se estanca na omissão, no silêncio, ou num suposto poder conquistado por dinheiro, beleza, prestígio. Trata-se do abismo do outro, de suas virtualidades, dos Eus desassossegados, no dizer de Rolnik (2011).

Trata-se do ser histórico fundado em matizes circulares e moventes do mundo; trata-se, ao relacionarmos com o Outro total, de encontrar a sua carga traumática, as suas castrações, os seus desejos dissimulados, a sua loucura original, seus silêncios povoados de memória, os seus mundos recônditos, silenciados, interditados, pedindo socorro com os gestos. Mas é mais: esse Outro sempre é um grupo tecido numa teia antropológica nunca clara e resolvida, porque um grupo nasce de outro, intersecciona com outros grupos. Uma vez institucionalizado, conforme o esforço teórico de Deleuze (1988), o grupo se transforma numa pequena máquina de guerra. Mas para aquele somos o seu Outro. Há mesmo uma “*outredade*”.

Se as grandes máquinas de guerra digladiam-se por rotas comerciais, áreas de influência, territórios, os grupos, as pequenas máquinas de guerra travam lutas egóicas pelo micropoder, para o controle de resoluções, regimentos e alíneas. As guerras geopolíticas devoram a carne, as guerras egóicas burocratizadas devoram o humor, a alegria, a paz, a vontade de criar. As guerras geopolíticas assassina porções consideráveis da população, os grupos burocráticos visam calar a vontade de viver por meio da punição, do medo, da ameaça, da confusão subjetiva. O outro nos atrai e nos faz tremer; inspira a nossa força, mas a aniquila; convoca-nos aos sentimentos, contudo o torpedeiam. Poder-se-ia ajustar: a nossa emoção tenta equilibrar-se no fio da navalha ou durar performática no trapézio de sociabilidades envenenadas.

Embora o grupo tende ao ato inglório da burocratização, ele é a possibilidade de o sujeito reconhecer-se como ser político, instaurar a significação do seu afeto, do seu trabalho, de sua luta diária; é nele, dentro dele - e por ele - que a existência ganha sentido além dos meros devaneios particulares. O grupo convoca para o plano diário os conflitos mais toscos e abre-se às potências mais benevolentes – e transformadoras. É a arena do sentido da existência. O verdadeiro universo sem anestesia. A porta aberta para a transformação.

Durante os meus quase 30 (trinta) anos de trabalho na Universidade fui membro e participei de vários grupos. Quando ainda trabalhava em Catalão me assustei com o que fui entender depois em Guattari (1996): em muitos casos havia militantes que, ao publicizarem

o seu ateísmo raivoso, escondiam as suas mágoas paternas. Havia outros sujeitos que, no grupo, o mais importante era sanear a sua necessidade de prestígio, ou seja, o grupo era um alibi e uma condição para o seu empreendimento narcísico. Havia também sujeitos que, rogando uma superioridade intelectual, ou de outra ordem, julgavam os grupos como o exemplo da precariedade. A sua infelicidade tinha justificativa: a fragilidade do grupo que fazia parte. Ou da nação. Havia pessoas tímidas, provenientes de experiências domésticas autoritárias, então apenas consentiam o andamento das coisas.

O fato é que o trabalho intelectual nas Universidades brasileiras exige uma atenção desdobrada, inclusive, para não se apressar em desdenhar, com rapidez, aquele que, por momentos, parece ser um adversário de pauta. Logo ali na frente, este será um aliado, ou um grande amigo. Corre-se sempre um risco: a casa do Senhor Descartes é, igualmente, a casa da palavra. E se sabe em Puncinelli (2012), a palavra revela e esconde. Diante disso um dos maiores desafios da vida profissional é saber atuar no grupo sem perder-se nele e a si mesmo; sem perder a grandeza do educativo nas paralelas das rugas comezinhas.

Há que se considerar a terceira guerra: a guerra íntima.

Pois bem! Narrarei uma experiência pessoal.

Por um longo período me entusiasmava em comprar livros. Fazia as compras com certo rito: ia às livrarias e aos sebos no sábado com o fito de sair com a sacola cheia de Drummond, Clarice e Neruda. Fora o encanto de ter uma biblioteca pessoal recheada de grandes nomes da literatura universal, era visível a minha alegria de ver as prateleiras se enchendo de peças reconhecidas. Bastava visitar a minha biblioteca para ver que Drummond era meu amigo. Talvez até seja.

Um professor gabaritado havia sugerido, em sala, que o trabalhador intelectual precisava ter intimidade com livros, comprá-los, cheirá-los, andar com Eles a vida inteira, esses, sim, verdadeiros amigos. Outra professora igualmente considerada nas lides intelectuais nos desafiou: para ser intelectual precisa ler jornais.

Além dos livros, cheguei a assinar (8) revistas e dois jornais, um regional e outro nacional. Descobri logo que o meu tempo social e também o meu tempo de vida não seriam suficientes para que eu lesse todos os livros que tinham. Alguns, descobri, não me interessavam tanto.

Passei a travar um conflito comigo mesmo. Estava nítido que a montagem da biblioteca pessoal era uma peça narcísica mais que uma necessidade humana, pessoal, intelectual. Passei a perceber que eu poderia estar caindo num conto fajuto: a questão central não era compreender o livro, ou fazer da compreensão uma possibilidade de ser melhor professor, mas o de ajustar a

minha autoimagem como alguém que, a despeito de ter ou não boas ideias, tinha uma biblioteca. Com isso pude entender Paulo Freire: não se pode acreditar em nenhum sujeito da crítica se esse sujeito não possui uma autocrítica. Só a autocrítica credibiliza o sujeito da crítica. E mais: criticar as coisas, os eventos, os colegas sem autocrítica é documento de uma fragilidade.

A guerra íntima diz respeito a um conjunto de artefatos que inclui a significação, as estratégias inconscientes, o peso dos traumas de origem; os dotes culturais ligados à família. Trata-se de um reconhecimento: o sujeito, na condição de trabalhador intelectual ou não, é realidade e potência ao mesmo tempo; tem o dever de lidar com um tempo que já passou e com um futuro que almeja, tudo isso cravado no corpo, nas decisões, nos gestos, na emoção. Na folha rente dos gestos onde a ação escreve a história inteira.

O sujeito age no mundo lutando para reconhecer a si; em si trava conflitos do mundo. Deseja-se o que não tem; precisa aprender a valorizar como conquista o que já possui. Não pode se acomodar com as vitórias, nem parar nas derrotas. Deve ser vigilante nas ações e ousado no desejo, lúcido nos projetos e transcendente nas decisões. O trabalhador intelectual é compelido a criar e não há como evitar o fracasso criativo, como diz Llansol (2008).

Dessa feita, é comum alguém tomar o microfone do auditório com júbilo e, na intimidade e – emocionalmente - ser a tradução dos frangalhos de Frankstein. Mesmo a leitura, o discurso científico, a escrita literária ou outro componente de status na modernidade até o presente momento, podem servir ao mero preceito de o sujeito não mexer com as suas dores recônditas. Daí a aprendizagem que o chamado intelectual de gabinete, defasado de sua própria experiência, servido apenas de livros, pode ter a legitimidade do discurso de onde fala e não ter a sabedoria atinente ao conteúdo do que é falado. Pode criar um mundo fantasmagórico para distanciar do acerto de contas com a sua infância ou transformar a ideologia numa reificação de ausência, dizendo-a pode ganhar o mundo e perder a si. O mesmo equívoco seria: ganhar a si e perder o mundo. Formar o outro é, então, formar a si. A formação é ponte longa, sempre travessia.

Se todo ato criador é arriscado, criar é por – e expor-se – ao fracasso, o desafio é gerar entrançamentos dialogais entre o conceito e a experiência vinculados a um projeto que, essencialmente, coloca a ideologia como o cerne. Disso resulta: a subjetividade do professor ou de qualquer um não se reduz à ideologia, mas ela é vital na composição de uma perspectiva de mundo. Mas a ideologiza pode ser, psicanaliticamente, um negócio nefasto se obscurece a problemática do sujeito consigo e com o mundo. Ou seja: o ser humano e suas ações são realidades problemáticas. A morte o sonda, a vida é trabalho árduo feito em comunicação.

Pude compreender, assim, que a luta para superar a morte repente de meu pai, quando eu tinha 18 (dezoito) anos; a militância na CEBs, no PT (Partido dos Trabalhadores), nos 1980; a experiência com o trabalho de engraxate, picoleeiro, de lavador de veículos, piqueteiro, vendedor de banana, no escritório de contabilidade – e outras modalidades participativas, como a ligação com o MST, são conteúdos tão valiosos como ler o “Pedagogia do Oprimido” (1983) e o “Educação como Prática da Liberdade” (1977), de Paulo Freire num momento em que a palavra transformação era a mais bonita do Brasil, desde que falada uníssona na boca jovem na praça universitária, em Goiânia ou na praça da matriz, em Trindade.

Ler O Capital, de Marx junto a Horieste; o A Fenomenologia do Espírito, de Hegel sugerido por Marília Gouveia; o Confesso Vivi, de Pablo Neruda; o texto “A arte na era da reprodutibilidade técnica”, de Walter Benjamin; o O Evangelho Segundo Jesus Cristo, de Saramago, recomendado pela amiga Myrthes; ou O Arco e a Lira, de Octávio Paz; O Caderno Verde do poeta mineiro Joaquim Pedro. E tantos outros livros certamente faz do resultado da leitura um habitante da experiência, mas não a nega, a despeito de estar dialogando com os ícones e com as referências universais da cultura. A nossa origem está no rosto e a memória abre-se para compreendê-lo. O rosto, aliás, é a primeira mensagem da sala de aula; é o primeiro discurso. É o texto poético ou encanecido, chapliano ou palaciano. Do rosto desprende-se o encontro. E até pode-se dizer: o educador é um profissional de encontros. O rosto abre a porta das aulas.

### **3 A tensão do pensar**

Durante toda a vida profissional, especialmente na Universidade e também nos colégios públicos onde trabalhei, recebi, em várias oportunidades, caracterizações e imagens de alunos, orientados e colegas de trabalho apontando que “o Eguimar é um sujeito de fronteira”; ou “o Eguimar é heterodoxo”. E eu mesmo, talvez me defendendo, contudo, apoiado na consistente orientação de mestrado de José Carlos Libâneo, disse em muitas ocasiões não acreditar num intelectual de um tema só. Ou de alguém que submete a sua consciência ao dever de repetir um autor que leu. Ler é dialogar; o diálogo é um encontro de dois sujeitos autônomos. Não se lê para filiar, mas para construir a autonomia de pensar, para dar consistência à visão de mundo.

Não convém abrir espaços aqui para refletir as origens, os sentidos e o debate contemporâneo sobre disciplinamento acadêmico e científico; ou os perigos e as dádivas da denominada transdisciplinariedade ou do ecletismo que povoa o cenário acadêmico das ciências

humanas e sociais. O que está na espinha dorsal, a meu ver, reside numa compreensão relativamente simples: a força do pensamento forjado nas lides universitárias ou não no quadro da vida de uma pessoa dentro e fora do trabalho. E o desperdício dessa força em tolas aceitaçãoes ou em rebeldes insurgências sem causa.

No caso específico do trabalhador intelectual, um de seus maiores desafios é forjar referências basilares para gerar um pensamento articulado, vivo, íntegro que, sob o prisma da teoria e do método, pode interrogar o próprio modo que se pensa e a sua origem epistemológica; pode procura interrogar também os valores e os sentidos éticos dos diferentes e antagônicos modos de pensar. Interessa ainda reconhecer o grau burocrático, repetitivo, mecânico ou criativo, crítico, autônomo de exercer o pensamento.

Parece ser uma premissa razoavelmente aceita por vários intelectuais, entre os quais, pode-se citar Barthes (2003), Paz (1956), Eco (1984), Freire (1983), Pinto (1979), Vygotsky (1989) e tantos outros: a linguagem é a matéria-prima do pensamento; pensar é agir linguisticamente. É transladar do objeto ao símbolo, do símbolo ao objeto numa referência cultural concreta. É agir para intervir socialmente com a matéria proveniente da sociedade que deseja intervir. O pensamento é luz, uma luz que resplandece porque existe o objeto. Este objeto que invade as retinas, produz o cérebro como dote cultural. Certa vez ponderei:

[...] O pensamento é pulso que alavanca decisões; matéria subjetiva que entremeia sentidos das ações – e lhes propiciam lume, prumo e direção; é plataforma mental que define pautas do sujeito em seu contato rente com o mundo objetivo; é artefício de representação da realidade, invocando o sujeito nas representações que faz fora; é peça invisível que traz da cultura os nutrientes para que exista dentro; é, ademais, instrumento de interrogação, de procura de rumos – ou de absoluto extravio. Perdição. Bússola. Escapatória. Adentramento. Por este fato, pensar é, para o sujeito contemporâneo, um modo de se ter compromisso com a lucidez como é, na mesma proporção, possibilidade de ser capturado face aos embaraços do mundo do qual se frutifica – e se enuncia. (Chaveiro, 2012)

Esse conjunto de atributos do pensar e do pensamento, notadamente facultado pelas aulas de Filosofia Grega, na disciplina Educação e Sociedade, ministrada pelo professor Ildeu Moreira, quando fazia mestrado, mostra, a meu ver, o centro gravitacional dos gradientes do ensino-aprendizagem: a fala, a leitura e a escrita. Tudo transcorrendo para um questionamento: existe pensamento autônomo? Como fazê-lo sem adesão filiatória externa à sua própria aventura? Como fazê-lo com visão de mundo consistente?

Face a isso, parece ser paradoxal: a Universidade brasileira e, especialmente, os cursos de geografia, são precários na formação do leitor. Essa tarefa essencial parece vir naturalizada, ou apenas repercutida em discursos ameaçadores, predicativos pronunciados exaustivamente por professores com conclusões apressadas por meio da famosa frase: “*os nossos alunos não leem*”.

Em alguns casos, uma pedagogia de prerrogativas, conduz o pleito da formação do leitor para o campo apenas da metodologia de ensino. E ocorre de haver a instauração de uma hipocrisia nítida: o mesmo professor que exige leitura dos alunos, não é um leitor. Mas ler também é um empreendimento para fins diversos e antagônicos. Ler apenas não produz sentidos, por exemplo, éticos, transformadores, humanizados. Mais que ler, cabe ao sujeito mostrar que é produto da leitura que fez. E, ao ter vontade de aperfeiçoar a sua leitura, como um produto exemplar dela, torna-se produtor de textos para serem lidos. Em Braz José Coelho (2007), isso aparece como um clarão tropical: a leitura do texto produz o texto da leitura. Leitura e escrita são gatos siameses, pressupostos e condições feitos de elos de grude, contudo um não é o outro.

Então não se lê para cumprir meramente as tarefas de escolas, ou constituir uma erudição que o sujeito receberá, na comunidade em que participa, a patente de erudito. Lê porque deseja aprimorar o seu modo de ver, de sentir, de interpretar, de pensar; lê porque quer engajar-se com lucidez no espaço/tempo em que faz parte. Mas ler o quê, quando, como? Eis uma tarefa difícil em meio à vida atribulada do professor universitário. Ler: eis uma tarefa difícil para o sujeito combalido emocionalmente.

Antes mesmo de ingressar-me no trabalho intelectual na Universidade, ainda quando morava em Trindade, certamente incentivado pela militância na CEBs, circulava em ambientes de leitores. Gostava da atmosfera discursiva que a leitura proporcionava aos meus amigos leitores. E gostava também de suas ideias diferenciadas. Quando o ingresso profissional na Universidade foi definitivo, primeiramente na PUC-Go, posteriormente no Campus de Catalão, ler se tornava uma de minhas maiores buscas. Uma paixão, o meu arroz-com-feijão simbólico.

Na PUC, ainda na condição de aluno, o redemoinho frenético de símbolos, forças, cores e sons da praça universitária, era encantador, inquietante, desafiador. Era comum, nos 1980, encontrar um grupo anarquista; outro de um partido comunista; outro da juventude vinculada à religiosidade popular; grupos de apoio à revolução da Nicarágua, ao regime de Cuba. Assim como ser convidado à arte circense, ao show da MPB jovem de Goiânia que estava surgindo, ou a ingressar na política estudantil, no teatro popular. Aliás, vários convites foram aceitos.

Do mesmo modo era comum encontrar gente que usava a maconha como ingrediente da liberdade de viver e sonhar; ou os que viam na discussão contra a monogamia o corolário para as festas de cabide; os que, no movimento estudantil, vestidos em boné com a figura de Guevara, mimetizando grandes feitos de ídolos dos 1960 e 1970, tramarem um assalto a um grande banco como ato digno para patrocinar a revolução.

O que se denominava “emergência de uma nova consciência social” ocorria na Praça sob os meus olhos, com a minha participação. O meu corpo era atravessado por diferentes signos e símbolos. Um misto de medo e encanto, de susto e desejo me tomava conta. Não sabia que pequenos lances como, por exemplo, a organização do grupo teatral Povo da Terra, em Trindade; ou a participação junto à Casa da Juventude, em Goiânia, e o rebuliço da Praça iam ser tão frutíferos na formação do meu pensamento. Na minha personalidade aberta à novidade que virá. Aliás, não sabia que a origem branca da minha mãe e a negra-indígena do pai seria tão eficiente para formar o meu sentido de abertura ao diferente. E para acatar a estranheza humana quase como arte. Se não, como mistério, mistério concreto e tangível: o de ser, sentir, amar, conviver e transcender tudo com utopias, sonhos, devaneios sob a guarida das células, essas matérias feitas da história da terra.

Era fato que, naquele quadro histórico, dos 1980, alguns colegas quase se enlouqueciam; outros, amedrontados, se viam como carta fora do baralho; havia os que mudaram de rotas. Em mim ficou a semente de uma vontade de pensar fora dos eixos dados. Ficou a semente de saber posicionar em favor do trabalhador. Talvez, em todos, dali e, de todo o Brasil, de alguma maneira, havia que cerzir a costura difícil entre Jesus e Marx, ou entre a origem rural e a vida urbana; entre pamonha na casa do meu tio Pedro e Sartre no grupo de estudo, ou Lênin e Marx no CEFEG – Centro de Estudo e formação Econômica de Goiás e contação de caso de pescaria com o meu tio Zeca. E talvez: do sonho de tabelar com Zico no Maracanã lotado e se emocionar com o alongado de Elis Regina e até de, apenas, fazer uma tabela magistral com o amigo do futebol, o Cabecinha.

Essa trajetória deu munção a um entendimento: o ato de pensar tem um conteúdo político, cultural e biográfico. Mas existe uma tensão incontornável: o sujeito necessita de ter referências filosóficas, éticas e valorativas fortes para não se perder no vendaval simbólico próprio de uma cultura urbana que, com frequência, captura o desejo para o mercado superficial de coisas. Mas se transformar essa referência numa ortodoxia, aquilo que se julga libertador, pode ser mais uma prisão. Por isso, convém abrir-se; se abrir demais, perde as referências. Contudo, o intelectual não pode temer os autores que lê a despeito de esses autores terem posições críticas às suas referências, pois o ato de leitura não é para encaminhar filiações, mas para gerar autonomia e liberdade.

Em Clarice Lispector (1998) isso parece redundar claro: a compreensão, em grau profundo, denuncia a incompreensão. Em nosso caso, dever-se-ia sintetizar: quanto mais o pensamento se afunda no mundo mais nascem interrogações. Assim, a verdade é semente passageira, vive numa estação de flores e espinhos, outras estações virão e nos surpreenderão.

Contudo, algumas de nossas posições e princípios parecem ser mesmo inegociáveis; outros devem ser expostos a uma constante reforma. Eis o papel da aprendizagem: posicionar-se com abertura; abrir-se mais com referências fortes. Interrogar e agir; enfrentar e se enfrentar. Valer-se de si e aproximar do Outro. Comungar e conflitar. Compartilhar e seguir sozinho. Saber: um dia a crise virá e ela poderá ser benéfica se for superada. Um dia o sorriso virá e não pode apascentar-se nele. Gilberto Gil é sábio: *“tudo permanecerá como sempre, transformando-se”*.

#### **4 Espaço, Sujeito e Existência: ser geógrafo**

Conforme gosta de repetir o eminente professor e pesquisador Douglas Santos – PUC-SP, todo trabalho do geógrafo, sua luta para construir uma articulação teórica com outros campos, suas temáticas, certamente tem a ver com essa pergunta: ONDE ESTOU? O igualmente renomado geógrafo carioca, Paulo Cesar Gomes, retoca isso ao afirmar que a geografia É O POR QUE DO ONDE. Milton Santos ao desvendar a situação da geografia brasileira correlata ao tempo do mundo imprime uma ideia peremptória: a fortuna do geógrafo é a desgraça do mundo. A enunciação metafórica ganha explicação:

A geografia alcança nesse fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o território. O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir de manifestações da sua existência. A geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. (SANTOS, 1999, p. 7)

Uma interpretação abrangente do território, em consonância com os argumentos arrolados por Milton Santos, certamente deverá preconizar: há que se ter uma consciência, o Brasil atual é um país que, mediante outra conduta do Estado, tenta reescrever o seu lugar na geopolítica e na face do sistema-mundo. Aos geógrafos e a todos os profissionais que lidam com o conhecimento parece ser convincente compreender: conhecer é interpretar a densidade histórica dos fenômenos.

Assim, com maior status externo e com maior dinamismo interno, novos objetos, fixos, situações têm sido gerados no Brasil, como duplicação e construção de rodovias; construção e reparos de ferrovias; reforma de portos e aeroportos; organização e publicização de eventos mundiais; reforma e reconstrução de estádios de futebol; construção de plataformas tecnológicas; investimento na descoberta de petróleo; expansão da Universidade Pública e o debate de seu acesso; edificação de Usinas hidrelétricas; novas rotas de investimento da logística espacial.

Esses fixos geram novas situações e fermentam o mercado interno, pressionam o território e o dinamizam; reorganizam as classes sociais e colocam, em evidência, novas pautas aos movimentos sociais urbanos e rurais; redefinem padrões da migração de trabalhadores, e também de capitais e símbolos; instauram tipos diferenciados de tragédias; suscitam problemas ambientais até então impensados como o dos reservatórios de água nos grandes e médios centros urbanos; geram um abalo psicológico e endereçam novas trajetórias para a juventude.

Ao sabor dessas mudanças surge um rol de grandes possibilidades para a ação mental do geógrafo e do saber geográfico e para a sua intervenção na condição de professor, pesquisador ou planejador. Suscita também uma interrogação sobre as bases epistemológicas com a qual opera a sua crítica, a sua intervenção e a sua significação ao fenômeno da paisagem e do território. Desafia-lhe o corpo, a mente, a emoção, especialmente os que são professores universitários diante de uma burocratização, da competição e do quase desespero para aliviar-se das pressões causadas pelas entidades financiadoras de projetos.

No plano ideológico, pode-se dizer que no Brasil há novas apropriações da pobreza, inclusive pelo mercado midiático; há a incidência e a brutalização de problemas como a violência; surgem os novos ricos; aumentam-se as cifras de pessoas que viajam interna e externamente; alguns lugares tornam-se fontes de atração de trabalhadores de alguns países africanos. Enfim, as redes, os fluxos, as situações geográficas se redesenham, mantendo a mesma estrutura atávica da desigualdade regional e social, contudo alterando profundamente os conteúdos que a mantêm.

Todo esse repertório de mudança e de permanências poder-se-ia dizer: altera a geografia real do país, desafia a geografia acadêmica. O território, sob a contingência do dinamismo, vê a reescrita dos seus arranjos espaciais. Possibilidades, conflitos, disputas emergem. Considera-se a emergência de mudanças em toda a base do território: do espaço agrário com a agricultura intensiva; da pecuária de confinamento com a hegemonia do agronegócio; do espaço urbano por meio do terciário diversificado e da indústria difusa.

O país se reestrutura com rapidez, mantendo estruturas atávicas no campo da política, das classes sociais, das etnias. Ao tentar ver as mudanças e o seu rebatimento em nosso trabalho pontuei:

Guerras prometidas, grandes estratégias das corporações de Cervejas e de automóveis e suas relações com o marketing e com a propaganda incluindo Neymar e astros do cinema brasileiro; assassinatos de líderes terroristas, ex-aliados dos países hegemônicos; Movimentos da Primavera Árabe, crise financeira de países da Europa; acerto entre contraventores, senadores e séquitos de diferentes partidários no Brasil – e tantos acontecimentos que assumem as manchetes dos atuais noticiários, nos convocam para não desvincular qualquer procedimento que pensa a realidade do que o mundo, em sua totalidade, se apresenta. Um mundo em conflito, um sistema

financeirizado em rotação simultânea, as estratégias de aliciamento de países em termos da pesquisa científica, de recursos naturais e área de influência para o comércio internacional, por certo, motivam a pensar o território como uma realidade em disputa; e os lugares constituídos à mercê do estremecimento desse mundo (CHAVEIRO,2012)

O cenário de uma “ordem liberal global” aglutinando o economicismo, o fundamentalismo religioso, o ambientalismo, o terrorismo, a fábrica de guerra, a economia de mercado globalizada, coloca em cena a mudança dos sentidos da natureza, sofisticada o papel ideológico dos movimentos corporativos, recoloca o sentido da formação do geógrafo. Neste cenário a formação geográfica se estabelece.

Ao modo atual da Universidade brasileira e dos Institutos que possuem Pós-graduação, baseando-se numa proposta teórico-metodológica, registramos, no CNPQ (2008), o grupo de pesquisa denominado “Espaço, Sujeito e Existência”. Aos poucos e coletivamente o grupo foi encontrando as suas pegadas e organizando-se em torno dela. Destacamos três frentes articuladas entre si: os deveres institucionais; a formação integral; e a construção da saúde por meio das relações.

Com insistência tenho exposto um dos meus objetivos na coordenação do grupo: fazer um chamamento do orientado e dos membros para uma vida intensa e corajosa. Isso a partir de dois campos: a aprendizagem circular e a intervenção criadora e criativa. Desta feita, é louvável receber, acolher e gerar interlocuções com outros grupos, outros intelectuais e gêneros.

Poetas, intelectuais, cantores, compositores, gente do cinema, do teatro popular, povos indígenas são, com frequência, convidados a apresentarem o conteúdo de suas atividades. Estendemos, também, o raio de ação para outros países, de maneira que o preceito da diferença e do conflito, da fraternidade e da insurgência, da ação e da reflexão, da sensibilidade e da experiência torna-se ingrediente validado, apreciado e desejado na consecução das reuniões.

No campo teórico chamamos o orientado para compreender

que o cotidiano, reino extraordinário da realidade, onde a vida é unidimensional, total e aberta, é talhe temporal que implica o corpo, os órgãos, o contato rente com o espaço, possibilitando a costura de encontros e de conflitos, de práticas temporais da subjetividade submissas, irreverentes, criativas, enlouquecidas, doentes. No reino do cotidiano, a existência invade o espaço e é por ele invadida numa dança impregnante de comunhão do sujeito com o mundo com tudo que cabe nos lugares, como a temperatura, os cheiros, o desenho das cidades, seus ruídos, e também as cicatrizes que se carregam, os tropeções, as feridas, os devaneios, o desejo, o pensamento, a luta diária no trabalho. De maneira que os conflitos do mundo atravessam a pele – e a dobra – mas o sujeito não é um refém opaco e liso. No fluxo diário diz o nome – e a força. Mexe. Desenha coletivamente o seu mundo. (Chaveiro, 2014).

Esse fundamento espousa-se na ideia que as práticas sociais ocorrem-se mediante práticas espaciais atravessadas pelos conteúdos e características que reinam espaço/temporalmente. Por isso, dizemos que as determinações espaciais atingem a existência que, por sua vez, move, age,

entrelaça, golpeia, sente. Daí a necessidade de valorizar a subjetividade como conteúdo do espaço, do sujeito e da existência. E como dado da ação, da escolha, da ética, da política, do centro da prática educativa.

Parte-se de uma compreensão: não há consciência ou subjetividade ausente do modo real no qual é condicionada, disputada, capitaneada. Ora, basta olhar a situação atual e se enxerga, com nitidez, a força dos mercados voláteis, da manutenção da geopolítica das guerras, a midialização social do indivíduo, das tramas do mercado mundial por meio de suas corporações. E também dos sentidos da publicidade, a adesão tosca ao mundo do dinheiro, os conflitos de classes, o preconceito social e racial, a diferença dos gêneros, a aceleração do tempo.

Essas características podem elucidar a pergunta que é a chave do geógrafo: “onde estou?”. E pode-se dizer que o ONDE repousa no QUANDO. Trata-se da espacialidade diferencial, da imensa diferença dos lugares e de sua total aglutinação em estruturas sociais hegemônicas. Trata-se do tempo.

Ao tomar o tempo como movimento e este como perda e conquista, afirmação e negação, banhamos inapelavelmente no rio de Heráclito. Ou seja: estamos no movimento do mundo; estamos no movimento das instituições. Somos o movimento. O movimento, modo de ser da matéria, do rio de Heráclito e de todos os rios; da carne humana; do reinado passageiro de todos os absolutismos, do papado com a sua coroa de ouro; das paredes dos palácios; das crenças; das palavras e das pedras inscreve-se como mundo concreto. Tempo rei: “*Não me iludo/tudo permanecerá do jeito que tem sido/transcorrendo/ transformando/ tempo e espaço navegando todos os sentidos.*” (Gilberto Gil).

Porque o movimento é contínuo, ininterrupto, frequente, nem as pedras dormem. Aliás, uma interpretação holística da nossa pele poderia desembocar: ela conta a história da terra e do universo; diz respeito ao tempo geológico e, de alguma maneira, faz ligação com os componentes bióticos; traduz a história geológica em séculos e milênios, grava as intempéries. Isso quer dizer: somos sujeitos totais posto numa situação dramática: sermos nós mesmos sendo atravessados pelo mundo inteiro.

Essa assertiva cumpre também um papel de ensinamento: não há compactação total numa carreira, numa trajetória, nem na memória. Tudo dá-se ao vácuo, aos interstícios, às falhas. Todo sujeito sofre erosões externas e os intemperismos internos. Contudo, por meio de granulas, vácuos, vazios e poros é possível a força, a transformação. A subjetividade, este invisível que age, ensina a força, não a eternidade. Mostra-se na ação de que é possível a liberdade, a amorosidade, a sabedoria, o gozo. O educativo.

No caso de nosso trabalho profissional, a condição de educador, geógrafo, pedagogo, historiador, antropólogo, mediatizados pelos nossos objetivos, a transformação é a causa principal de nosso encontro. E de nossas vidas. Temos a urgência da transformação como peça do encanto de reconhecer que existimos em si e com O outro, fora de nós e dentro, condicionados e sujeitos da ação, produto e produtor, artista ou criança ferida construindo a labuta graciosa: o tempo.

Nós, sujeitos sociais, organizados coletivamente, podemos criar meios de aprendizagens aproveitando a profunda circulação de informações e de símbolos; as enormes capacidades de encontros de culturas diferenciadas; de acúmulo de experiências por meio de contatos, intercâmbios e parcerias, ajuntamento solidários, diálogos, discernimentos.

Caberá, contudo, perguntar se a cultura geográfica predominante atualmente dá conta disso. Convém interrogar quais os sentidos da geografia que se produz hegemonicamente? Ou como enxergar, no labor do pensar geográfico, os conflitos de agir em instituições burocráticas vigilantes e desejar superá-las.

Se antes os espaços eram isolados, agora estandardizados, sobra à subjetividade que lida com os métodos e os saberes geográficos, a capacidade de nutrir-se para constituir modalidades de compreensão aprofundada e destemida; se a aceleração do tempo cria o espaço vertiginoso, o sujeito sem rosto, pode-se, contraditoriamente, entrelaçar mudanças com maior facilidade de informar e de comunicar. Todavia, a trama ideológica ganha sofisticação e expertise; a vida urbana empurra os indivíduos para ações liberais da existência e para o estrategismo ridículo e competitivo; as tragédias e as dificuldades podem conduzir os indivíduos a eximirem o social, a terem visões metafísicas e niilistas; a fugirem da própria condição de ter uma consciência lúcida de si e do mundo. Os grupos podem, em total evocamento burocrático, serem as pequenas máquinas de guerra, o lugar exemplar da triste aridez do pensamento e do humor.

A ação do sujeito, com a sua voz, com o seu silêncio, com a sua intervenção, com o seu trabalho, ligando-se à natureza e às suas significações desenvolve práticas espaciais que produzem territórios. Essas práticas são traços essenciais como o trabalho, e também como hábitos culturais, suas festas, alimentações, arte de vida, tessituras do tempo diário. Nisso, sem dúvida, a ação é também subjetivação, a objetividade é também subjetividade.

O que está posto é o mundo total do sujeito com a sua singularidade, emoção, medo, força enlaçada à dimensão total do espaço. Chamamos esse processo total de “Existência”, conotação viva da relação do sujeito com o espaço na constituição do território, daí opera-se, inapelavelmente, a dramaticidade da vida e seu contorno no tempo. Desse processo advêm os conflitos sociais e a sua potência de enfrentamento, o dado coletivo feito na singularidade, a

ação singular lançada no coletivo, a tensão entre a realidade e criação, a consistência e o estremecimento, a experiência e o sonho, o desejo. Enfim, a nossa humanidade incapaz de se esconder pela condição de sermos trabalhadores intelectuais, professor ou apenas alguém que tem um corpo e o acede ao reino dos intensos fluxos, da chuva de informações, das operações mercantis que impõem o comércio por intermédio de maneiras de sentir, pensar, viver. Somos compradores de imagens; e podemos ser cineastas, em sala de aula, de outros imageamentos. O nosso filme é a vida.

## 5 Considerações finais

Sob a mira de uma interpretação quântica poder-se-ia afirmar: não há vida pobre, não é possível haver vida pobre. Pode haver representações pobres da vida, sintetizações redutoras, classificações mecânicas, pensamento e imagens lineares da realidade complexa de tudo que existe. Isso nos inclina a dizer: a memória profissional de qualquer sujeito abre-se a diferentes – e recorrentes – significações. Vejo, por exemplo: ainda há muitos caminhos por onde andei.

O que foi apresentado neste texto são apenas algumas chaves julgadas necessárias para esse empreendimento. Há outras, pois o passado é infinito, pois decorre de nossos cruzamentos com a cultura, com o lastro familiar, com as socializações, com as paixões, sentimentos e com outras determinações históricas e sociais.

Essa condição cria possibilidades de universalizar a minha experiência e a minha trajetória, pois ela tem a codificação do espaço/tempo em que, até o momento, desenvolvi o trabalho na Universidade. Esse espaço/tempo, por sua vez, codifica passagens, acontecimentos e transformações que repercutiram em todos os trabalhadores intelectuais, como a força das redes moduláveis; a efetivação do processo urbano; o surgimento de novos processos produtivos.

Contudo, isso não apaga a singularidade, reino da experiência relativamente intraduzível ao Outro, esse Outro que a torna possível. Dessa feita, podemos elencar alguns desafios ao processo formativo, como a convivência com a burocratização dos grupos; a tensão do pensar; o dever de lidar com a linguagem por meio da leitura e da escrita; a dialética do posicionar e do abrir-se.

Apresentamos, também, alguns motes pedagógicos e políticos do grupo Espaço, Sujeito e Existência, com o qual, de maneira coletiva e organizada, empreendemos a nossa voz supondo a necessidade de agir na instituição; criar meios de formação intelectual; e dirimir o papel das

relações entre os membros. Apresentamos também o lugar da geografia e do geógrafo no mundo concreto: o Brasil. Este país que, segundo Caetano Veloso, faz arder a língua quando diz o nome.

## 6 Referências bibliográficas

CHAVEIRO, E. F. **Texto sem título**. Elaborado para uma das reuniões do grupo “Espaço, Sujeito e Existência”. 2012.

COELHO, Braz José. **Educação e Linguagem**: reflexões ligeiras. 2. ed. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2007. 132 p.

ECO, Humberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LISPECTOR, Clarice. **A Paixão Segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território**. Rio de Janeiro: Geographia, ano 1, número 1, 1999, 7-13.